

# Líderes já vêm hora do mandato

CELSON FRANCO  
Da Editoria de Política

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, pode estar demasiadamente otimista, quando fala em votar o mandato presidencial na próxima segunda-feira. Mas não estaria exagerando se dissesse que a duração do governo dos futuros presidentes da República será definida na semana que vem.

Cálculos feitos por recomendação do senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, indicam não apenas que o mandato presidencial e o sistema de governo deverão ser definidos na próxima semana, mas que a nova Constituição, como pretende Ulysses Guimarães, poderá ser promulgada no dia 21 de abril.

Evidentemente que, para isso, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte conta com o sacrifício de todos. E é o que ele vem exigindo, com a realização de reuniões, de manhã e à noite, e votações também nos sábados e domingos.

Sobre a definição do mandato e do sistema de governo, Ulysses já reformula os seus cálculos, de acordo com as contas feitas pela assessoria de sua liderança na Constituinte, que

indicam os dias de quarta ou quinta-feira — mais provável, quinta, — para votação das duas questões.

Os cálculos são simples: o Título III tem 268 destaques; prevendo-se a realização de 10 votações por dia, a uma média de cinco destaques por votação, a perspectiva é que eles sejam esgotados entre terça e quarta-feira. O mandato está no Título IV.

Quanto à promulgação da Constituição no dia 21 de abril, a tarefa não será fácil, mas não é impossível, também de acordo com a assessoria do senador Mário Covas, ele que tem promovido reuniões todas as manhãs, com as lideranças dos outros partidos, no sentido de concretizar acordos sobre as matérias a serem votadas no período da tarde, acelerando dessa forma as votações.

O projeto de Constituição tem hoje um saldo de pouco mais de 1.900 destaques, talvez 1.950, por aí. A expectativa é que, daqui para frente, se realizem cerca de 70 votações por semana (10 por dia) a uma média de sete destaques por votação. A média atual, que deve ser melhorada, está na casa de quatro, às vezes cinco destaques por votação.

Dez votações por dia, à média de sete destaques por votação, darão 70 destaques resolvidos diaria-

mente; são, portanto, 490 destaques por semana, já que se prevê a realização de 70 votações semanais; o horizonte, aí, é de quatro semanas, exatamente um mês, para a votação de 1960 destaques, ou seja, para a votação de todo o projeto.

Resta, a partir daí, o segundo turno de votação, que, calcula-se, deverá aconfeitar num prazo de 15 a 18 dias, apertado. E o tempo necessário para votação da redação final e publicação do texto — prazo de dois dias — antes da sua promulgação, no dia 21 de abril.

Nem tudo, porém, é tão fácil, e Ulysses Guimarães sabe disso. A superação dos obstáculos — matérias polêmicas — está a cargo principalmente, do senador Mário Covas, responsável pela efetivação das fusões e das co-autorias, junto às demais lideranças partidárias.

O que o deputado Ulysses Guimarães não considera, nos seus cálculos, é o cansaço dos constituintes, ou o próprio interesse em evitar a aceleração do processo. Ontem à tarde, o deputado Luiz Eduardo Magalhães, do **Centrão**, observava, ao discordar da previsão de que o mandato seria votado na segunda-feira: "O doutor Ulysses está na suposição de que haverá número no sábado e no domingo".

## Reeleição com 4 anos voltará

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) pretende manter a emenda de sua autoria que prevê o mandato de quatro anos para o presidente da República com direito à reeleição. Segundo ele, a proposta é totalmente diferente da que o Plenário rejeitou na quarta-feira, e que permitia a reeleição, porque vincula o mandato com o sistema de governo.

A emenda do Senador visa basicamente a convencer os parlamentaristas a votarem por quatro anos de mandato para o presidente da República, corrigindo assim uma incongruência do projeto aprovado na Sistematização, que estabelece cinco anos de mandato para os próximos presidentes e quatro anos para o presidente José Sarney.

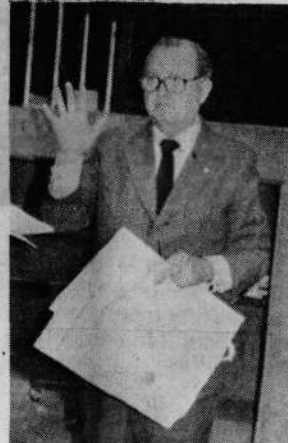
— Os parlamentaristas

acham curto o período de quatro anos para um presidente que é chefe de Estado, por isso queremos a reeleição — explicou Fernando Henrique.

Os parlamentaristas concordam em que a proposta de Fernando Henrique facilita o aliciamento de novos votos, principalmente daqueles que colocam a questão do mandato acima do sistema de governo.

## Pesquisa do Governo dá 5 anos

EUGÊNIO NOVAES



Reis faz seu cálculo

(PMDB-RJ) e Basílio Vilani (PMDB-PR), que se surpreenderam ontem ao saber que outro estava pesquisando tendências sobre o mandato. Vilani chegou a brincar que pesquisa da qual ele não participa acaba furando. Daso Coimbra não tinha conhecimento do trabalho estimulado pelo governo.

### CORRENDO FROUXO

Até a confirmação de que Milton Reis trabalhava em dupla com a liderança do Governo, a impressão que a maioria dos parlamentares ligados ao **Centrão** deixava é de que a questão do mandato e do sistema de governo estava correndo frouxo, sem articulações nem estratégias maiores, mesmo sabendo que, se na parte permanente vencer os quatro anos, o quadro se agravará para o presidente José Sarney, que dificilmente teria bons argumentos para defender cinco anos.

Tal era a desinformação que o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) chegou a comentar que "O governo poderia estar mais atento a sua sorte" ao confirmar que não fora consultado nem convidado para nenhuma reunião sobre o mandato, bem como não notava nenhuma articulação em relação ao tema.

Tido como um dos principais auxiliares do líder Carlos Sant'Anna para as missões de interesse do governo, desta vez também o deputado Marcos Lima (PMDB-MG) ficou marginalizado da articulação sobre o mandato. Sant'Anna

assegura apenas que vai ganhar e está trabalhando em diversas reuniões, só que, suspeitam seus antigos aliados, com um grupo novo, "do serviço secreto", como definiu Daso Coimbra.

Apenas o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) confirmou ter mantido longas conversas com Sant'Anna além de participar da definição de estratégias visando a aprovação dos cinco anos no corpo permanente, o que facilitará a votação do mandato do presidente José Sarney. Embora diga que está consultando a todos os signatários da emenda Matheus Iensen (PMDB-PR), ninguém confirma isso. Até o deputado Antônio Gaspar (PMDB-MA), tido como um voto duvidoso, revelou que não foi abordado pelo grupo que trabalha para o governo.

O deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE) contou que sobre isso tem tido conversas esparsas e sem nenhuma profundidade, o que vem lhe despertando preocupações. Tanto mais que está seguro de que se der quatro anos no corpo permanente, é irreversível a posição desfavorável que ficará o mandato de cinco anos. Está tudo desarticulado, comentou. Gilson Machado contou que a única pessoa que ouviu falar do assunto foi o ministro Prisco Viana, num almoço, anteontem, no qual revelou sua angústia com a descoordenação dentro da Constituinte para o tema.

Também o deputado Expedito Machado (PMDB-CE) bate no mesmo diapasão. Ele pretende reunir um grupo, durante o próximo final de semana, para começar a tratar do assunto dentro do Centro Democrático. Nele, o mandato do presidente Sarney é tema livre e, assegurou, só vai cuidar do que diz respeito à duração permanente. Na sua opinião, a pressa que rege a Constituinte está atrapalhando as conversas políticas: "Estamos vivendo uma fase muito desesperada, descoordenada, na qual ninguém sabe de nada, nem o que acabou de votar em plenário".